



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Subsecretaria de Gestão Corporativa
Coordenação-Geral de Programação e Logística
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Divisão de Gestão Estratégica e Orçamentária

PORTARIA COPOL/SUCOR/RFB/ME Nº 24896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Estabelece diretrizes e parâmetros institucionais uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V, VI e IX do art. 168 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes e parâmetros uniformes para a gestão de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância no âmbito das unidades descentralizadas da Secretarias Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º A disponibilização de recursos orçamentários relativos aos serviços de vigilância contratados por Unidades da RFB observará as diretrizes e parâmetros qualitativos e quantitativos definidos nesta Portaria, assim consideradas:

I - Unidades de Atendimento: Unidades definidas como Agências da Receita Federal do Brasil (ARF), Postos de Atendimento da Receita Federal do Brasil (Posto) e Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC), estabelecidos em unidades exclusivas e distintas de suas Delegacias.

II - Unidades Aduaneiras: Unidades que exercem atividades aduaneiras ou Unidades que possuam Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA) administrado pela RFB.

III - Demais Unidades: Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e Delegacias Especializadas não enquadradas no inciso II.

§ 1º Compreende-se por DMA administrado pela RFB a instalação em que o controle físico das mercadorias apreendidas está sob a responsabilidade de servidor, ainda que haja contratação de mão de obra terceirizada de apoio para movimentação e manuseio.

§ 2º As Agências da Receita Federal do Brasil que até o Regimento Interno anterior eram consideradas DRF poderão ser enquadradas, para fins desta Portaria, no inciso III do caput.

§ 3º As definições constantes dos incisos I a III do caput tem validade exclusivamente para

os efeitos desta Portaria.

Art. 3º Considera-se vigilância patrimonial, para os efeitos desta Portaria, a atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos das unidades da RFB com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

Art. 4º Os tipos de serviços de vigilância a serem contratados pelas unidades serão definidos a partir do Grau de Risco calculado para a respectiva unidade, conforme Tabela 1 do Anexo Único.

§1º Para as Unidades de Atendimento, o quantitativo de postos dependerá da combinação do Grau de Risco calculado para a unidade e da Taxa de Homicídio definida para a região de localização geográfica da unidade, conforme constante da Tabela 2 do Anexo Único.

Art. 5º O Grau de Risco da unidade será definido a partir da pontuação total aferida, tendo em vista as pontuações definidas para os seguintes fatores, conforme definidos nas Tabelas do Anexo Único:

- I – Área total construída do Imóvel, em metros quadrados (m²), conforme Tabela 3;
- II – Quantidade de acessos do imóvel, conforme definido Tabela 4;
- III – Localização geográfica do imóvel em Região Metropolitana, conforme Tabela 5;
- IV – Quantidade de Atendimentos diários da unidade, conforme Tabela 6;
- V – Quantidades de ambientes de atendimento da unidade, conforme Tabela 7;
- VI – Valor patrimonial da unidade, conforme Tabela 8.

Art. 6º A quantidade de postos diurnos 44 horas para as Unidades de Atendimento enquadradas na tabela 2 do Anexo Único, para as Unidades Aduaneiras e para as Demais Unidades será determinada pelo número de acessos do imóvel, limitado a 2 (dois).

§ 1º Ao quantitativo previsto no caput poderá ser acrescido 1 (um) posto adicional, caso haja atendimentos a contribuintes em mais de 1 (um) andar, exceto no andar térreo, cujos postos são definidos pela quantidade de acessos ao imóvel.

§ 2º Poderá ser acrescido 1 (um) posto adicional para área edificada maior que 3.000 m² (três mil metros quadrados) e 1 (um) posto adicional para Unidades de Atendimento com mais de 300 (trezentos) atendimentos diários.

§ 3º Poderá ser acrescido 1 (um) posto noturno 12x36 para Unidades localizadas em cidades com mais de 100 (cem) mil habitantes, exceto para as Unidades de Atendimento.

§ 4º A quantidade de postos diurnos 44 horas para as Unidades de Atendimento deverá atender aos critérios estabelecidos na Tabela 2 do Anexo Único.

§ 5º Os acessos utilizados apenas para entrada ou saída de veículos particulares deverão ser atendidos por postos de porteiro.

Art. 7º As Unidades Aduaneiras terão a quantidade de postos diurnos 44 horas conforme previsto no artigo 6º e, adicionalmente, poderão contratar 1 (um) posto de vigilância noturno.

Art. 8º Para os Depósitos de Mercadorias Apreendidas (DMA) administrado pela RFB, poderão ser contratados os seguintes postos de vigilância 12h x 36h:

I - 1 (um) posto diurno e 1 (um) posto noturno, para DMA com área menor que 3.000 m² (três mil metros quadrados).

II - 2 (dois) postos diurnos e 2 (dois) postos noturnos, para DMA com área maior ou igual a 3.000 m² (três mil metros quadrados).

§ 1º Para fins deste artigo, considera-se DMA, a área, edificada ou não, destinada à guarda de mercadorias e/ou veículos apreendidos, desde que localizada:

I – em endereço diferente de imóvel da Unidade ou;

II – no mesmo endereço de imóvel da Unidade, com acesso independente ou com área específica superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), exclusiva para guarda de veículos apreendidos.

§ 2º Para fins de definição do quantitativo de postos de vigilância noturnos de que trata o inciso II do caput, considera-se a área edificada de imóvel da Unidade, quando este for superior à área do DMA localizado no mesmo endereço, nos termos do inciso II do § 1º.

§ 3º A contratação do posto noturno de que trata o art. 7º não se aplica à Unidade que possua DMA localizado no mesmo endereço nos termos do inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 9º Os parâmetros de uniformização de que trata esta Portaria não se aplicam aos Recintos Alfandegados, Pontos de Fronteira Alfandegados e Áreas de Controle Integrado (ACI) administrados pela RFB, cuja quantidade de postos de trabalho de vigilância será definida pela respectiva Unidade, de acordo com a necessidade de atendimento às atividades de controle e fiscalização sobre o comércio exterior exercidas nas respectivas instalações.

Art. 10. As Unidades poderão contratar postos de categorias diferentes do estabelecido nesta Portaria, desde que observados os limites orçamentários definidos de acordo com as regras desta Portaria, e respeitadas eventuais restrições orçamentárias.

Art. 11. As unidades que apresentem necessidades de contratação de serviços de vigilância fora dos parâmetros estabelecidos por esta portaria poderão submeter pedido fundamentado à apreciação da Coordenação de Programação e Logística (Copol) para análise e decisão.

Art. 12. Preferencialmente, serão contratados postos de vigilância não armada.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Documento assinado eletronicamente

ONÁSSIS SIMÕES DA LUZ

Coordenador-Geral de Programação e Logística

ANEXO I

Tabela 1 - Serviço de Vigilância de acordo com Pontuação por Grau de Risco

Pontuação por grau de risco	Grau de risco	Serviço de Vigilância a ser utilizado
Até 13	1	ARF: Eletrônica Mínima, sem Vigilância Orgânica
		Demais Unidades: Eletrônica Mínima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.
De 14 a 29	2	Eletrônica Média, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.
De 30 a 34	3	Eletrônica Máxima, Vigilância Orgânica de acordo com o art. 6º desta Portaria.

1. Vigilância Eletrônica Mínima: corresponde ao Circuito Fechado de TV (CFTV) com gravação local e alarme com sistema de presença;

2. Vigilância Eletrônica Média: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa

e alarme com sistema de presença;

3. Vigilância Eletrônica Máxima: corresponde ao CFTV com monitoramento na empresa, apoio local e alarme com sistema de presença.

4. A contratação de vigilância eletrônica atenderá ao disposto na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 18, de 23 de agosto de 2017

Tabela 2 - Unidades de Atendimento – Taxas de Homicídio da região de localização geográfica da unidade.

	Taxa de Homicídio		
Grau de Risco	<40 Caso 1	≥40, <82,8 Caso 2	≥82,8 Caso 3
1	0	1 posto de porteiro	1 posto de porteiro
≥2	1 posto de porteiro	1 posto de porteiro	2 vigilantes 44h

1. Taxa de Homicídio de acordo com o Índice de Criminalidade do município, definido no Atlas da Violência, publicado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 3 - Área total construída do Imóvel

Área do Imóvel	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 750	1	1	1
De 751 a 1500	2	1	2
De 1501 a 3000	3	1	3
Acima de 3000	4	1	4

Tabela 4 - Quantidades de acessos ao imóvel

Quantidade de acessos	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	2	2
2	2	2	4
Acima de 2	4	2	8

1. acessos do imóvel são os locais de entrada/saída de contribuintes, servidores e veículos, considerados apenas os acessos à área edificada, de livre movimentação durante o horário de funcionamento da unidade, sendo excluídos da contagem aqueles que não sejam efetivamente utilizados;

2. locais de entrada/saída próximos um ao outro e que possam ser visualmente cobertos por 1 (um) vigilante serão considerados 1 (um) acesso.

Tabela 5 - Localização em Região Metropolitana

Localização	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Região Metropolitana	3	2	6

1. Região Metropolitana é a região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

2. a pontuação será considerada para a unidade localizada em município relacionado como pertencente à Região Metropolitana.

Tabela 6 - Quantidades de atendimentos diários da unidade

Quantidade de atendimentos/dia	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até 50	1	1	1
De 51 a 200	2	1	2
De 201 a 300	3	1	3
Acima de 300	4	1	4

1. quantidade média de atendimentos realizados no período de 1 (um) dia pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), de acordo com o Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (SAGA).

Tabela 7 - Quantidade de ambientes de atendimentos do imóvel

Quantidade de ambientes	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
1	1	1	1
2	2	1	2
3	3	1	3
Acima de 3	4	1	4

1. indica a quantidade de ambientes de atendimento ou de pavimentos onde são realizados os atendimentos aos contribuintes pela unidade.

Tabela 8 - Valor Patrimonial do imóvel da unidade

Valor Patrimonial	Pontos	Ponderação	Pontuação Total
Até R\$ 1.000.000,00	1	2	2
De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 2.000.000,00	2	2	4
De R\$ 2.000.000,01 a R\$ 3.000.000,00	3	2	6
Acima de R\$ 3.000.000,01	4	2	8

1. refere-se ao valor do imóvel, conforme registrado no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).



Documento assinado eletronicamente por **Onássis Simões da Luz**, **Coordenador(a)-Geral**, em 29/12/2020, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12376971** e o código CRC **793DE9EC**.

